

REFORMA OBSTÉTRICA NO BRASIL

ASSINE A MOÇÃO PELA REFORMA OBSTÉTRICA NO BRASIL ABRASCO

Proponente: Participantes do 14º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva da ABRASCO, novembro de 2025

Considerando no Brasil:

- A crescente e elevada taxa de cesariana (60% em 2024);
- A crescente e elevada taxa de prematuridade (12,3% em 2024);
- A Razão de Mortalidade Materna e o Coeficiente de Mortalidade Infantil e Neonatal elevados e estagnados;
- A maior vulnerabilização de meninas, adolescentes, das mulheres indígenas e negras,
outras pessoas que gestam, pessoas em situação de rua, privadas de liberdade e outras;
- Os impactos da crise climática e da migração na saúde sexual e reprodutiva, materna, fetal e infantil
- A grave situação da pobreza menstrual no Brasil como violação de direitos sexuais e reprodutivos;
- A fragilidade de políticas de planejamento reprodutivo, contracepção e aborto seguro;
- Os desafios para a qualificação da atenção pré-natal e puerpério;
- A persistência de um modelo de atenção ao parto e nascimento obsoleto, médico-centrado,
hospitalocêntrico e hipermedicalizado;
- Os efeitos iatrogênicos imediatos, de médio e longo prazo desse modelo sobre a saúde das mulheres,
das crianças e na vida adulta;
- A insuficiência de ações de comunicação, educação e mobilização social sobre o parto normal como

forma de promoção e proteção da saúde materna e infantil;

Considerando que a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) é a entidade que reúne a maior capacidade de aglutinação social e enfrentamento de problemas de relevância em saúde pública no país;

Considerando que a Reforma Obstétrica no Brasil é urgente e fundamental para o enfrentamento da mortalidade materna, fetal e infantil evitáveis e para a eliminação da violência e do racismo obstétrico e neonatal - temas essenciais e prioritários para a saúde pública brasileira;

Nós, participantes do 14º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva da ABRASCO vimos manifestar nossa defesa e apoio à proposta da Reforma Obstétrica Brasileira, que tem como objetivos:

- A implementação de um modelo de atenção obstétrica que valorize a saúde, a dignidade, o protagonismo e os direitos das mulheres, pessoas que gestam e das crianças;

- A qualificação da atenção ao parto, ao aborto legal e ao nascimento no Brasil a partir das evidências científicas e recomendações de organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) e a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO), além das diretrizes nacionais de assistência ao parto e da cirurgia cesariana e tendo como base os direitos humanos de mulheres e crianças e os direitos sexuais e reprodutivos;

- .- O fortalecimento da Rede Alyné com ênfase na integração e continuidade entre a assistência pré-natal, o cuidado ao parto e pós-parto e ao neonato;

- O fortalecimento da atuação da enfermagem obstétrica (EO), obstetrizes e parteiras tradicionais na atenção ao parto e ao nascimento de risco habitual para a promoção da fisiologia, assegurando o cuidado 1:1 ou seja, uma EO/obstetriz para cada parturiente, além da assistência ao aborto legal e no planejamento reprodutivo. O cuidado deve ser realizado em equipe interprofissional, com participação de doulas e integrado à rede de atenção à saúde;

- O investimento na formação e suficiência quantitativa (estimativa de necessidade de cerca de 130 mil enfermeiras obstetras e obstetrizes, quando o cenário atual é de 13.000), com planejamento de condições que assegurem sua inserção e atuação autônoma nos serviços de saúde;

A participação das Doulas no apoio às parturientes como evidência científica e direito;

A promoção do parto normal digno e respeitoso para a redução das taxas de cesarianas no país, lembrando que o Brasil ocupa a vergonhosa marca de campeão mundial de nascimentos pela via cirúrgica;

A implementação da legislação disponível no país para o funcionamento de maternidades segundo as normas da ANVISA e de segurança da paciente;

A efetiva e inadiável redução da morbimortalidade materna e neonatal.

Reivindicamos o apoio institucional da ABRASCO para:

- Estruturar grupo de trabalho no âmbito da ABRASCO para elaborar e desenvolver a proposta da

Reforma Obstétrica no Brasil, incluindo o fomento à pesquisa na área

- Articular a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pelo Ministério da Saúde para a elaboração, implantação e implementação da Reforma Obstétrica no Brasil, com efetiva participação da sociedade civil.

ASSINAM: